

Seção: Políticas Públicas | **Artigo de revisão** | **DOI:**
<https://doi.org/10.35700/2317-1839.2022.v11n19.3265>

Educação de jovens e adultos: reflexões e desafios sobre o Proeja

Youth and adult education: aspects and challenges about Proeja

Educación de jóvenes y adultos: reflexiones y desafíos sobre Proeja

Enriete Cogo Dominguez

Mestranda (Instituto Federal Farroupilha – IFFAr)
E-mail: enriete.dominguez@iffarroupilha.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7537-1410>

Maria Rosângela Silveira Ramos

Doutora em Educação (Instituto Federal Farroupilha – IFFAr)
E-mail: maria.ramos@iffarroupilha.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8960-0827>

Catiane Mazocco Paniz

Doutora em Educação em Ciências (Instituto Federal Farroupilha – IFFAr)
E-mail: catiane.paniz@iffarroupilha.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2999-796>

RESUMO

Busca-se, através deste estudo, apresentar reflexões a respeito da educação de jovens e adultos, analisando os seus aspectos, desafios e sua relação com a própria história da educação, no qual o educador Paulo Freire surge como uma referência. Neste contexto, merece destaque a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, que se constituiu numa política educacional com a proposta de integração da educação profissional com o ensino médio, na modalidade de educação de jovens e adultos. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se um estudo de caráter qualitativo a partir de revisão bibliográfica de autores relacionados à temática, o que permitiu concluir que a educação de jovens e adultos se constitui como uma garantia do acesso à educação,

possibilitando a ampliação de acesso e permanência de jovens e adultos na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional. PROEJA.

ABSTRACT

The aim of this study is to present a reflection on Youth and Adult Education, analyzing its aspects, challenges and relationship with the history of education, in which the educator Paulo Freire appears as a reference. In this context, it is worth mentioning the creation of the Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (National Program for Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education Modality), which constituted an educational policy with the aim to integrate professional education with high school in the EJA modality. To achieve the objectives this study pursues, a qualitative study was carried out based on the review of literature of several authors related to the subject, which allowed us to conclude that the EJA modality constitutes as a guarantee of access to education, enabling the expansion of access and permanence of young people and adults in Basic Education.

Keywords: Youth and Adult Education; Professional Education. EJA.

RESUMEN

Este estudio presenta una reflexión sobre la educación de jóvenes y adultos, analizando sus aspectos, desafíos y su relación con la historia de la educación, en la que el educador Paulo Freire aparece como referencia. En este contexto, cabe mencionar la creación del Programa Nacional para la Integración de la Educación Profesional con la Educación Básica en la Modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos, que constituyó una política educativa con la propuesta de integrar la educación profesional con la educación secundaria, en la modalidad de educación de jóvenes y adultos. Para lograr los objetivos propuestos se realizó un estudio cualitativo a partir de una revisión bibliográfica de varios autores relacionados con la temática, lo que permitió concluir que la educación de jóvenes y adultos constituye una garantía de acceso a la educación, posibilitando la expansión de ingreso y permanencia de jóvenes y adultos en la Educación Básica.

Palabras-clave: Educación de jóvenes y adultos. Educación profesional. PROEJA.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil parece ser um fato contemporâneo, porém, esse processo educativo teve início na época de sua colonização. Desde sua implantação, vem passando por vários momentos de grande significado político-social e se mostrou, até hoje, um sistema resistente e significativo. Nesse sentido, a trajetória da EJA no Brasil foi marcada por muitas transformações, demonstrando estar

diretamente relacionada às mudanças sociais, políticas e econômicas que caracterizam cada período da história.

Nessas mudanças e transformações, emerge a necessidade de integrar a educação profissional com o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sendo assim criado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O referido programa, inicialmente, restringia-se às Instituições Federais de Educação Tecnológica e ao nível médio de ensino.

Conforme enfatiza Pacheco (2015), o contexto dos Institutos Federais (IFs), apresentam modelo inovador em termos de proposta político-pedagógica referente à educação de jovens e adultos. Assim, em seus documentos legais, apresenta como objetivo centrado na formação plena dos sujeitos, os quais, até então, excluídos dos sistemas de ensino. Além disso, proporciona uma formação contextualizada, que abrange conhecimentos, princípios e valores potencializando a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos.

Sendo assim, cabe destacar que essa nova concepção, focada na formação omnilateral, propõe profundas mudanças, abrindo oportunidades para jovens e adultos provenientes da classe trabalhadora. Neste viés, ressaltamos:

[...] o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito de uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política (CIAVATTA, 2005, p. 85).

Portanto, devido às mudanças nas concepções da educação profissional, podemos considerar o PROEJA como um instrumento para diminuir as desigualdades sociais, pois oferta um ensino de qualidade, que permite aos sujeitos usufruir de uma educação integral que possibilita a formação de cidadãos autônomos, éticos, críticos e conscientes da sua função perante a comunidade na qual estão inseridos.

Essa proposta de educação, ofertada pelas redes federais, de formação humana integral na perspectiva da formação omnilateral a partir do trabalho, apresenta-se como uma nova concepção que deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foi utilizada a metodologia de abordagem qualitativa, uma vez que, “para se realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto

entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e conhecimento teórico a respeito dele" (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 1-2).

A pesquisa foi realizada de maneira exploratória, por meio de consultas de caráter qualitativo, através de revisão bibliográfica de vários autores. A temática proposta é desenvolvida abordando as seguintes questões: a configuração do campo da EJA, a sua história e memórias, o pensamento de Paulo Freire e a relação do PROEJA com a Educação Profissional e Tecnológica.

O presente trabalho emerge da etapa inicial, vinculada à pesquisa de dissertação de mestrado em Educação Profissional em Rede PROFEPT – polo Jaguari, com a temática voltada para o papel social das políticas públicas educacionais no IFFar – *câmpus* São Vicente do Sul, a partir de um olhar sobre o PROEJA.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A configuração do campo EJA

A luta pelo direito à EJA implica, não somente o acesso à escola, mas também à produção do conhecimento que se dá no mundo da cultura e do trabalho. No entanto, são nesses diversos espaços de convívio social, em que jovens e adultos seguem constituindo-se como sujeitos.

As ações voltadas para EJA constituem-se como política pública de Estado, na garantia do acesso à educação como direito de todos. Os estudantes da EJA são sujeitos antes afastados do sistema educacional, numa sociedade que exclui grande parcela da população desfavorecida econômica, social e culturalmente.

Nesse contexto, os Institutos Federais propõem a ampliação da atuação em EJA, tendo em vista o atendimento à sua lei de criação 11.892/2008, pois o PROEJA constitui-se como uma proposta de educação na modalidade de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional (EP). Tal modalidade se propõe a romper com a histórica dualidade estrutural entre a educação propedêutica e a educação profissional, que no Brasil se construiu respectivamente sob uma base de educação para a classe dirigente e para a classe trabalhadora.

Embora essa modalidade de ensino seja oferecida gratuitamente e garantida pela legislação, é fundamental a permanente inquietação e mobilização de todos os sujeitos envolvidos na EJA, inquietação, pelos seus mais diversos motivos, pela libertação, pelos saberes que possam contribuir, garantindo, assim, que o cumprimento e aprimoramento das leis seja uma constante.

3.2 História e memórias

Para melhor compreendermos o presente da EJA, é preciso conhecer a sua história. A EJA se manifesta no Brasil desde o período de sua colonização com os jesuítas que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) crianças indígenas e índios adultos. Conforme Fávero e Freitas (2011) a função supletiva foi assumida a partir de 1947 através da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), organizada pelo Ministério da Educação e Saúde (MES), em que os alunos analfabetos eram atendidos em classes de emergência, designadas como de ensino supletivo.

Já na década de 1960, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, e a aprovação do Plano Nacional de Educação, em 1962, criaram-se condições para novas experiências de educação de adultos. Foi neste período que Paulo Freire apresentou uma abordagem diferenciada numa proposta de alfabetização de adultos, considerando o educando como centro do processo de ensino e aprendizagem.

A década de 1970, até meados dos anos 1980 foi marcada por duas ações complementares, embora pouco articuladas: a Lei nº 5692/71, que criou os ensinos de 1º e 2º Grau e sistematizou o Ensino Supletivo, em termos de exames e cursos, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Nos anos 1980, foi implantada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), vinculada ao Ministério da Educação. Em 1988 a promulgação da nova Constituição Federal previa o término do MOBRAL, a criação da Fundação Educar.

Nos anos 1990, aconteceu a extinção da Fundação Educar, que mantinha apoio financeiro e técnico às empresas governamentais, entidades civis e empresas, gerando um enorme vazio na EJA. Nessa perspectiva, alguns estados e municípios assumiram a responsabilidade em oferecer programas de EJA.

Cabe destacar, no entanto, que esse período foi marcado pela promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), que reafirmava o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico e ao dever público de sua oferta gratuita. A partir da Resolução CNE/CEB Nº 1/2000, são estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio.

O Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº 10.172 de 2001 incluiu a modalidade EJA nas formas de financiamento da Educação Básica, apresentando como metas: a erradicação do analfabetismo no prazo de dez anos e assegurar a oferta de EJA para o Ensino Fundamental.

A partir de 2002, o governo federal criou o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA), por meio do qual pôde, mediante convênio com estados e municípios, substituí-los na realização de exames supletivos.

Em 2003, o Governo Federal criou a Secretaria Extraordinária do Analfabetismo, lançando então o "Programa Brasil Alfabetizado". Nele, estavam incluídos o Projeto Escola de Fábrica, o PROJOVEM e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA), que perpassou por vários redesenhos e prolonga-se até os dias atuais.

Inicialmente, o PROEJA foi instituído com a intenção de atender a uma demanda de jovens e adultos por meio da educação profissional técnica de nível médio. De acordo com o Documento Base do PROEJA, ele constitui-se em um desafio político e pedagógico para todos aqueles que desejam transformar esse país dentro de uma perspectiva de desenvolvimento social (BRASIL, 2007). O documento também evidencia a importância da formação humana dos sujeitos envolvidos, isto é, dos jovens e adultos aos quais se destinam a implementação desses programas. Assim, foi nesse período que se constituíram as bases para que o PROEJA fosse inserido no contexto educacional do Brasil como uma ação permanente (BRASIL, 2007).

A Educação de Jovens e Adultos alcança o século XXI com importante desafio de superação de velhas práticas e concepções equivocadas. As relações que se estabeleceram no Brasil impactaram de forma diferenciada na EJA, conforme os arranjos políticos nos municípios, nos estados e também no governo federal.

Nessa perspectiva, Freire (1996) afirma que o sistema educativo adotado e as Políticas Públicas direcionadas para a educação são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não sejam tão díspares.

3.3 O pensamento de Paulo Freire

Considerado um dos pensadores mais notáveis na história da educação brasileira e um dos mais importantes teóricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, Paulo Freire, autor de diversos livros sobre educação, onde se destacam "Pedagogia do Oprimido", "Pedagogia da Autonomia" e "Pedagogia da Esperança", explicita que o objetivo da escola era ensinar os alunos a "ler o mundo" para poder transformá-lo. Nesse contexto, afirmava que os alunos deveriam passar necessariamente pelo reconhecimento de sua identidade cultural, sendo o diálogo a base de seu método.

Um dos principais livros do autor ("Pedagogia do Oprimido") e os conceitos nele contidos são base de boa parte do conjunto de sua obra. Neste livro, o autor faz uma

proposta em que a concepção da educação surgiria como prática da liberdade, a partir dos próprios oprimidos. Nas palavras de Freire (1996), é de fundamental importância a dimensão cultural no processo de transformação, pois a educação é mais do que uma instrução; para ser transformadora, deve enraizar-se na cultura dos povos.

Na obra "Pedagogia da Autonomia", o autor ressalta os saberes necessários à prática educativa, trazendo uma reflexão a respeito da formação de docentes, faz uma análise de saberes fundamentais, enumerados através de exigências de um ensino em favor da autonomia do educando.

Em "Pedagogia da Esperança", faz uma reflexão sobre "Pedagogia do Oprimido", analisando suas experiências pedagógicas e procurando reacender a crença no ser humano oprimido, como opção de lutar contra sua opressão em favor da vida e da liberdade.

Freire coordenou projetos de alfabetização de jovens e adultos, nos quais, com sua metodologia de ensino, recomendava que não bastava ler e escrever mas possibilitar a continuidade dos estudos, tomando como base o contexto social e cultural do aluno, sua realidade de vida, de modo a permitir que os estudantes desenvolvessem maior autonomia e senso crítico. Apoiando-se na concepção de educação freiriana, a qual está voltada para a conscientização de que se faz necessário atingir esses sujeitos excluídos, e propiciar a leitura do mundo e a da palavra, a partir da sua experiência/vivência, de sua cultura, de sua história. Assim, Freire (1987, p. 17) defende:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pelas práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.

Nesse sentido, a EJA, deve buscar e oportunizar uma educação com prática libertadora para os sujeitos inseridos, ao mesmo tempo, inserindo-os no mundo e sendo desafiados ao ensino contextualizado, ao contrário de uma educação bancária, a qual, 'deposita' os conteúdos, de maneira fragmentada. Segundo Freire, "não há saber mais ou menos; há saberes diferentes" (FREIRE, 1991, p. 49).

Diante do exposto, Freire torna-se uma referência na Educação de Jovens e Adultos, pois apresenta a educação pensada de maneira emancipatória, colocando vários argumentos em favor de um ensino mais democrático entre educadores e educandos, de maneira a defender uma pedagogia fundamentada na ética, no respeito, na dignidade e

na autonomia, reafirmando a opção da educação para a humanização, para a emancipação e libertação, uma vez que a educação é concebida como uma forma de intervenção no mundo.

3.4 A EJA e a Educação Profissional e Tecnológica

No decorrer da história da EJA, em 2005, ocorreu uma mudança muito significativa com a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, com objetivo de ofertar cursos de EJA com Educação Profissional.

O Programa constituiu-se numa política educacional do governo federal, implantada através do Decreto nº 5.478/2005 e teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2005). Foi revogado posteriormente pelo Decreto nº 5.840/2006 e ampliado em termos de abrangência e aprofundado em seus princípios pedagógicos (BRASIL, 2006). Nesse sentido, Moura e Henrique (2012, p. 116) explicitam:

Houve a ampliação da oferta dos espaços educacionais para o PROEJA, já que o Decreto Nº 5.478/2005 determinava a oferta somente à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT), enquanto que o Decreto Nº 5.840/2006 passou a incluir as instituições públicas estaduais e municipais de educação como um novo espaço para essa oferta.

Aconteceu, também, a ampliação da abrangência do Programa, porque o Decreto Nº 5.478/2005 limitava o PROEJA ao Ensino Médio, e o Decreto Nº 5.840/2006 passou a incluir o Ensino Fundamental, constituindo-se como um marco para a aproximação entre a escolarização e profissionalização e também por possibilitar a ampliação de acesso e permanência de jovens e adultos na Educação Básica (BRASIL, 2005; BRASIL 2006).

Apropriando-se de Ferreira (2020, p. 220), o PROEJA objetiva “integrar, dessa maneira, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional, como política educacional, foi inédita no país. Foi adotado pelo sistema público educacional e pelo Sistema S”. No entanto, o PROEJA não é um currículo de EJA e nem da Educação Profissional, mas um currículo que esteja essencialmente para os sujeitos que trabalham, ou que buscam pelo trabalho, e ainda para os “excluídos” de “acesso e permanência na escola regular” (SANTOS, 2010).

O funcionamento do PROEJA, em seus aspectos gerais, são apresentados em seus documentos-base, cabendo a cada instituição a oferta de cursos e desenvolvimento de sua aplicação. De acordo com o Documento Base (2007) a consolidação dessa proposta tem como fundamento a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento

científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania (BRASIL, 2007).

O PROEJA busca o resgate e reinserção no sistema escolar brasileiro de jovens e adultos, possibilitando-lhes o acesso à educação e à formação profissional numa perspectiva de formação integral. Pode ser considerado mais que um projeto educacional, pois é um importante instrumento de resgate da cidadania de uma grande parcela de brasileiros em grande parte excluídos do sistema escolar no Ensino Fundamental “regular”. Apropriando-se de Freire (2007, p. 47), compreende-se que:

Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age. Faz tudo isso com a certeza de quem usa uma ferramenta, com a consciência de quem está diante de algo que o desafia. Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade.

O autor reafirma a importância de promover o educando como um sujeito, o qual possa atuar no seu contexto social com dignidade. O EJA – EPT possibilita a realização de sonhos/objetivos na busca de uma educação profissional. Desse modo, trata-se de um programa que aproxima das necessidades do ser humano, além da sua capacitação profissional, mas, também, na interação dos mais diferentes campos de atuação do serviço técnico, em que os estudantes têm a oportunidade de cursar essa modalidade de ensino tanto para o conhecimento e sequência de seus estudos quanto para a formação profissional.

Desse modo, o PROEJA também possibilita a realização de sonhos/objetivos na busca de uma educação profissional, consistindo num programa que se aproxima das necessidades do ser humano, além da sua capacitação profissional, bem como na interação dos mais diferentes campos de atuação do serviço técnico. O estudante do PROEJA, tem a oportunidade de cursar essa modalidade de ensino tanto para o conhecimento e sequência de seus estudos quanto para a formação profissional.

3.5 O PROEJA e seus desafios contemporâneos

Considerando que a sociedade se caracteriza por grandes diferenças sociais e conflitos, percebe-se que é necessário administrar essa situação, e as políticas públicas educacionais constituem-se um meio para fazê-lo. Este trabalho constitui-se em um desafio, considerando a abrangência da temática e o objetivo de debatermos e

refletirmos acerca da EJA, tendo em vista a necessidade de compreendermos as transformações, aspectos e desafios nas políticas educacionais voltadas para a área de educação de jovens e adultos, que chegam à atualidade sem superar a problemática do analfabetismo.

Cabe ressaltar que relacionar os conceitos e ideias da EJA no âmbito da educação profissional e tecnológica (EPT) é bastante relevante, porque nos permite repensar as possibilidades de novas metodologias e novos comportamentos. Porém, mesmo constituindo-se uma meta do Plano Nacional de Educação 2014-2024, ampliar a oferta de EPT, articulada com a educação básica, é um grande desafio ainda a ser superado.

Na perspectiva de Paulo Freire, entende-se que a alfabetização de jovens e adultos não é um processo simples de ensinar apenas a leitura e a escrita, não devendo limitar-se a algo completamente mecânico e de memória. A alfabetização do EJA é um processo de ensino que deve ser acompanhado do processo de conhecimento e construção de práticas sociais importantes com o objetivo de conscientizar o sujeito sobre sua realidade, a fim de transformá-la.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou refletir sobre o ensino de EJA, buscando evidenciar sua importância como um meio para inserir aqueles alunos que foram impedidos de concluir os estudos quando adolescentes.

Ao realizar uma análise da trajetória da EJA, percebemos que consiste em uma modalidade de ensino marcada por diversos desafios. Apesar de cada etapa apresentar características distintas, em todas elas, encontramos em comum o propósito de recuperar o direito dos jovens e dos adultos à educação.

Assim, tratar sobre a EJA é evidenciar as principais ações voltadas para o acesso dos jovens e adultos ao sistema escolar. Porém, Machado (2016) enfatiza que a modalidade não se reduz à escolarização. Sua história na realidade brasileira abarca a luta pelo direito de acesso, permanência e conclusão da escolarização com qualidade, em consonância com inúmeras outras lutas: pelos direitos à saúde, ao trabalho, à moradia digna, à igualdade de gênero, ao respeito às diversidades, dentre tantas outras, que a configuram como educação ao longo de toda a vida e pela construção de uma sociedade que, de fato, seja espaço de vivência e convivência de todas e todos.

Percebe-se, outrossim, que ainda há muito que se avançar com relação ao ensino de EJA, pois ela não se constitui como prioridade na sua efetiva implementação e continuidade. Sendo assim, para que se atendam às necessidades da EJA é preciso de

investimentos que favoreçam a continuidade da oferta de estudos e a permanência do aluno na escola.

Entende-se, portanto, que é importante que uma política pública como o PROEJA possa contemplar a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de proporcionar a esse grande número de jovens e adultos o direito à educação básica e uma formação profissional de qualidade.

Por fim, nesse contexto de possibilidades e desafios, a EJA ainda é uma questão de luta que precisa ser engajada por todos, pois, apesar de todas as políticas públicas educacionais desenvolvidas e muitas mudanças nessas últimas décadas, continuamos com muitas incertezas, consistindo em um capítulo da história da educação que deverá ser permanentemente reinventado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Documento Base. Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos:** educação profissional técnica de nível médio/ensino médio. Brasília: SETEC/MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf, Acesso em: 12 nov. 2020..

BRASIL, **Decreto Nº 5.478, de 24 de junho de 2005.** Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/.../Decreto/D5478.htm. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL, **Decreto Nº 5.840, de 23 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Brasília: 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/.../2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 02 dez. 2019.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino Médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FÁVERO, O; FREITAS, M. **"A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente"**. Revista Interação. Goiânia. v. 36, pp. 365-392, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/16712>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FERREIRA, Liliansa Soares. **Educação profissional e tecnológica no Rio Grande do Sul**. Curitiba: CRV, 2020.

FREIRE, Paulo. A EDUCAÇÃO é um ato político. **Cadernos de Ciência**, Brasília, n. 24, p. 21-22, jul./ago. /set., 1991.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 14ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 46. .ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M. M. "A educação de jovens e adultos após 20 vinte anos da Lei nº 9.394, de 1996". **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 429- 451 jul./dez. 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/687/706>, Acesso em 12/10/2020.

MOURA, D.H.; HENRIQUE, A.L.S. PROEJA: Entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, Ano 28, v.2, Natal: IFRN, 2012.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógico dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional transformadora, IFRN, 2015.

SANTOS, Simone Valente. Possibilidades para a EJA, possibilidades para a educação profissional: o PROEJA. In: **La Salle**: Revista de Educação, Ciência e Cultura, v. 15, n. 2, Canoas/RS, jul.dez .2010. p. 21-33